

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – ATIVIDADE AUTOGESTIONADA

MESA SOBRE IMPACTOS NA SAÚDE AMBIENTAL, SAÚDE DO TRABALHADOR E SAÚDE INDÍGENA DECORRENTES DO GARIMPO NA REGIÃO AMAZÔNICA

RELATORIO FINAL

Data: 23 de janeiro de 2023 das 9:00 às 12:00

Local: ALERS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Transmissão: TV Assembleia, TV Repensar e RCP Redes.

Coordenadores da Mesa:

Hermano Albuquerque de Castro – Vice-Presidência de Ambiente Atenção e Promoção da Saúde VPAAPS/Fiocruz

Maria Juliana Moura Corrêa - Diretora do departamento de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador (DSAST)

Expositores:

Marco Pérez – GT Saúde do Trabalhador da Abrasco

Marta de Freitas – Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Diogo Rocha – GT saúde e ambiente da Abrasco

Camila Rebello Amui – Engenheira Ambiental da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI)

Relatório síntese

A garimpagem principalmente de ouro se estabeleceu, nos anos 80, como uma das forças mais expressivas na estruturação econômica e geográfica da Amazônia. Na década de 80 essa atividade, empregou-se diretamente, pelo menos, 400.000 pessoas e foi produzido por ano, pelo menos, 100 toneladas de ouro. O garimpo trata-se de uma atividade ilegal que impacta negativamente na saúde das pessoas e comunidades originárias destes territórios. Em 2020, segundo dados do MapBiomias (2021), foram 107,8 mil hectares desmatados pelo garimpo, sendo que 93,7% desses ocorreram no bioma Amazônico.

Dado o interesse mineral e do garimpo ilegal em terras indígenas cresce a pressão do empresariado da mineração, inclusive de megaminerações, para regularizar a atividade nesses territórios, fato que vai aumentar os conflitos, violências e mortes contra os indígenas, vai gerar outros tipos de conflitos, invasões e destruições no território. Nesta perspectiva segue os principais pontos abordados na Mesa Impactos na saúde ambiental, saúde do trabalhador e saúde indígena decorrentes do garimpo na região amazônica:

Houve destaque para a questão humanitária dos Yanomamis, com situação de violência, desnutrição que expressa uma tragédia humana a qual tem a assinatura do governo anterior. Relatada a ida do Presidente Lula e Ministra da Saúde a região dos Yanomamis em Roraima a qual foi encontrada em situação de completo abandono com grande número de indígenas apresentando doenças infecciosas, além do relato de contaminação ambiental das águas, principalmente por mercúrio.

Foi relatada a gravidade e omissão do governo anterior em relação a saúde dos povos indígenas. Abordada a contaminação das populações indígenas, e a impossibilidade de realização de atividades de subsistência por esta população como pesca e agricultura. Alterações neurológicas de populações indígenas verificadas são semelhantes ao que ocorreu em Minamata no Japão devido a exposição ao mercúrio. Maria Juliana enfatizou o compromisso do DSAST juntamente com a CGVAM e CGSAT em relação a integrar as ações da ESPIN.

Foi apresentada a questão do mercúrio como problema que precisa ser mais discutido e debatido em âmbito da sociedade em geral e os impactos do garimpo na Amazônia. Os movimentos sociais e comunidades ribeirinhas sempre estão trazendo este problema histórico que se agravou nos últimos anos. É preciso observar o crescimento do garimpo e sua conexão com a fragilização da fiscalização pelo estado e presença do estado nos territórios, além de como os garimpeiros trazem alto impacto, tecnologias, embarcações e maquinários pesados para arrecadar bilhões de reais e causar grande destruição ambiental. Foi relatado ainda a insuficiência da fiscalização do estado e a magnitude da atividade de garimpo em grandes empreendimentos ilegais e ligação do garimpo com outras atividades ilegais como tráfico de drogas, de armas aliciamento dos indígenas. É difícil até de pensar como quebrar toda esta complexidade de problemas estruturais. E como esta situação acaba criando um beco sem saída para estas populações dos territórios, sem alternativas para sair desta situação, sendo a atividade garimpeira o único meio para sobrevivência.

A população acaba sendo vulnerabilizada por outras atividades produtivas que chegam para dar todo suporte para a atividade garimpeira, como desmatamento, fazendas, fábricas, condomínios etc... O garimpo faz parte de uma rede de empreendimentos que vai sendo construído de maneira a vulnerabilizar ainda mais a comunidade amazônica. Como é importante e complexo lidar com toda essa lógica que exclui os povos da amazônica deste modelo de desenvolvimento.

Quais as alternativas podem ser pensadas para esta população? Primeira alternativa acabar com o garimpo, mas em segundo lugar tornar o garimpo menos impactante até trazer outras formas de produção que sejam mais sustentáveis socialmente, economicamente e ambientalmente.

Uma dificuldade encontrada é que muitas vezes o território já está no limite de suas alternativas haja visto o desmatamento, a poluição o empobrecimento do solo etc. Relato de experiência dos Mundurucu que sonham com coisas básicas é um exemplo de como criar alternativas a este modelo de produção é possível como: aumentar a produção de alimentos e do extrativismo, criar animais, melhorar a produção de farinha. Além de melhorar a geração de renda com

integração do mundo moderno com a vida tradicional, como o ingresso dos jovens nas universidades para trazer conhecimento para a comunidade. As respostas devem dialogar com a sociedade e suas demandas reais.

Foi destacado que seria importante a presença de algum indígena nesta mesa e justificada a ausência do Secretário da SESAI que está em missão nas terras Yanomami. Foi apresentada a SESAI e suas ações, para uma saúde adaptada aos povos originários. Colocada a questão dos trabalhadores da saúde indígena, sobrecarga de trabalho, falta de estrutura, riscos psicossociais como violência e questões de saúde mental. Relatada a dificuldade de acesso aos indígenas aldeados. Vários distritos sanitários indígenas estão sofrendo com a falta de assistência. Outros empreendimentos tornam a população vulnerável como as hidrelétricas, madeireiras e desmatamento.

A grande mineração e os grandes garimpos ilegais foram colocados como responsáveis por conflitos sociais, risco de rompimento de barragem, acidentes de trabalho. A necessidade de não naturalizar os riscos associados a mineração no Brasil foi um dos destaques nas falas além de repensar qual o modelo de mineração queremos para o Brasil. O garimpo contribui para a violência, evasão de divisas e outros crimes. Dentre as áreas de conflito o garimpo e mineração estão entre aquelas com maior risco. Os indígenas estão entre as vítimas com maior mortalidade. Grande parte do ouro que vai para o exterior provém do garimpo ilegal. É preciso identificar quais são os financiadores das grandes máquinas e equipamentos utilizados no garimpo ilegal.

E ainda pensar também nos garimpeiros, que são 11% das vítimas das situações de violência. Os garimpeiros são submetidos a situações degradantes de trabalho, podendo ser tratada como trabalho análogo a escravidão. Realizam trabalho intenso, em condições degradantes, sem condições sanitárias e de conforto, expostos a vários riscos ocupacionais, principalmente acidentes de trabalho e intoxicação por substâncias químicas, como os metais. É preciso tratar da invisibilidade do garimpo em todo Brasil. A atividade de mineração no Brasil mata quase 10 vezes mais que qualquer outra atividade no Brasil, sendo a maior mortalidade do mundo quando se trata desta atividade no mundo. O modelo mineral atualmente traz benefícios para uma pequena parcela da população. É necessário que o garimpo não seja uma atividade ilegal. Precisamos repensar em um novo modelo de mineração e ouvir as comunidades e representantes sociais.

Abaixo seguem alguns questionamentos feitos pela plenária:

Eni, Indígena Carajá: *“Se as ocorrências de falta de atenção à saúde indígena ocorrem também com aqueles que moram nas cidades e se chegou na SESAI muitos pedidos, pois a situação de desnutrição na primeira infância ocorre em vários pontos do Brasil.”*

Wa'uka etnia nukini que trabalha com povos isolados Amazônia: *“Temos que abolir o trabalho informal dos profissionais da saúde. Garantir as formações técnicas dos profissionais garantir turmas de faculdades da medicina laboratorial. Reconhecer os Pajés e Parteiras e estudantes das medicinas NATURAIS ORIGINAIS DA FLORESTA e as formas de tratamentos e curas.”*

Cacique Meire, etnia Puri de MG, perto de Brumadinho: *“com o rio paraopebas contaminado, o que o poder público fará pelo rio..?”*

Liderança Ibã rua bake huni kui: *“Porque não tem transporte específico pra levar os parentes pra capital quando precisar de atendimento pois o polo manda todos estando ruim de ônibus*

um absurdo sendo que os carros que tem motorista sendo pago eram pra fazer esses transporte?”

Ludwig Henriques Ravest, Indígena Mapuche há 30 anos no Brasil: “Quais as possibilidades reais para começar a implementar o sistema de Educação em Saúde Indígena para dentro das Escolas de Medicina existentes no país? E, no mesmo ângulo, Medicina Alopática e/ou oficial para dentro das comunidades como canal aberto de diálogo?”

Wa'uka Indígena Nukini de Feijó/ACRE: Perguntas para o estado brasileiro ao presidente Lula o ministério das nações nativas originárias da floresta "indígena", a Funai e demais parceiros: “Quais ações de imediato o novo governo brasileiro tem para solucionar as situações territoriais das nações garantir a segurança proteção atenção cuidados para que tenha fim todos os terrorismos contra promovidos anteriormente como aconteceu nos irmãos irmãs YANOMAMI e todas demais que estão em igual situação? Quais medidas providências serão tomadas por parte do estado e governo brasileiro?”

Wa'uka: “Onde estão os medicamentos pra abastecer os polos base das CASAI para os pacientes que muitos deles não tem condições de comprar pra fazer seus tratamentos?”

KEÃ INU BAKE HUNIKUÏ. CACIQUE da aldeia: ISKUYA, Conselheiro deliberativo da FEPHAC, Secretário executivo do: ANĨKA NAI BAI. Juiz natural Huni kui: “Onde estão os medicamentos pra abastecer os polos base das CASAI para os pacientes que muitos deles não tem condições de comprar pra fazer seus tratamentos? Pois muitos parentes vão pra ficar internado na CASAI chegar lá não tem remédio e o indígena tem que tirar do próprio bolso, mais infelizmente muitos não tem condições de comprar e não segue o tratamento por isso”

Integrante do Grupo de Povos Originários do ABC Nhandé Vae'eté Território Caaguassu, ABC Paulista: *“atualmente estou no Ceará para pesquisa em campo dos povos originários da região e criando projeto para ZEIS Titãzinho Cais do Porto, Fortaleza/CE”.*

Wa'uka Nukini: *“E também fiscalizar pois o polo não quer atender nós feriados isso é um absurdo pois doença não escolhe dia nem hora, precisamos de plantão 24 horas pra atender os parentes nem os motoristas não trabalha nem final de semana pior feriado.”*

“Todas as aldeias deveriam ter um polo base pra atender os parentes principalmente as aldeias do alto rio envira que chegar levar até 15 dias pra subi e uns 8 pra baixar pra cidade pra ter atendimento ser for picado por uma cobra só nosso pai pra proteger”

Ana Paula Perciano -(assistente para mulheres indígenas Tupinikim - Espírito Santo). Representante das mulheres do conselho que caciques, Deusdeia, do Povo Tupininikim, aldeia localizada em Aracruz: “falta de vontade política do governo passado, deixaram de ter o médico do PSF que visitava a aldeia quinzenalmente e hoje estão sem essa assistência. Gostaria de perguntar se o Ministério dos Povos Indígenas está articulando com o Ministério da saúde para que voltem a ter assistência. Ou se tem alguma articulação em nível nacional para reparar essa situação”.

Jeane Ferreira, Assistente Social, ativista de causas indígenas em MG: *“Sabemos que será necessário um programa de governo com os yanomamis, para que seja efetivo as intervenções do Governo Federal. Sabemos que todos os ministérios trabalharão de forma articulada e conjunta.”* *“O racismo ambiental faz vítimas. No caso os povos tradicionais, os indígenas. A mineração, o garimpo, desmatamento gera impactos sociais gravíssimos inclusive.”* *“É necessário que o Estado regule urgentemente estes meios econômicos predatórios, que impacta*

negativamente na sociedade sobretudo os indígenas. Quais serão as medidas adotadas pelo governo?”

Outras sugestões apontadas pela plenária:

- Responsabilidade do Ministério Público,
- Eliminação do mercúrio.
- Considerar resoluções da sexta conferência nacional de saúde indígena, como um documento orientador.
- Considerar a necessidade de integração dos órgãos de governo, com os diversos ministérios.
- Articular os povos indígenas e suas denúncias.
- Discutir o modelo econômico da Amazonia (introdução).
- Finalizar da importância das ações emergenciais e enfoque num modelo de atuação na assistência desses povos, estruturando os distritos para continuidade da assistência.
- Se o governo pretende ter ações emergenciais a outras populações que também sofrem vulnerabilidades como a população negra e quilombola.
- Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança dos Trabalhadores e das Trabalhadoras de Minas Gerais defende que os bens minerais sejam benefício para comunidade e não contra as comunidades.
- Que a mineração e o garimpo não sejam uma atividade criminosa, um pacote de destruição de vidas humanas e do meio ambiente, como ocorreu aqui em Minas Gerais, em Mariana e Brumadinho, praticado pelas megas mineradoras Vale, BHP Billiton e Samarco, assim como o garimpo predatório que tem devastado os territórios indígenas na Amazonia.
- Estabelecer políticas e ações públicas para combater a mineração ilegal e predatória, principalmente nos territórios indígenas e das demais populações tradicionais.
- Definir políticas públicas permanentes para proteção e apoio às populações indígenas e demais populações tradicionais, respeitando seus saberes e modos de vida.
- Combate ao garimpo ilegal em terras indígenas e comunidades tradicionais, principalmente na Amazônia e punição de todos os culpados.
- Fim da impunidade (amanhã, dia 24/01 faz 18 anos dos assassinados de 3 auditores fiscais do trabalho e do motorista do MT em Minas Gerais e até hoje os mandantes não foram condenados).
- Quarta-feira, dia 25 vamos registrar 4 anos da impunidade do crime da Vale em Brumadinho.

- Revogação das legislações antidemocráticas e fascistas que estimulam a invasão de terras indígenas e dos povos tradicionais, minerações predatórias e conversão de florestas em monoculturas destinadas à exportação.
- Anulação da proposta de Código Mineral do GT da Câmara dos Deputados e a elaboração de Novo Código de Mineração, com participação ativa da sociedade civil (pesquisadores cientistas populares, movimentos sociais e sindicais e outros, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, comunidades quilombolas).
- Realização da Conferência Nacional da Mineração para definir um novo modelo de mineração brasileiro.
- Demarcação e titularização urgente de territórios tradicionais para proteção territorial dos povos indígenas e comunidades tradicionais.
- Respeito a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.
- Garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, com cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias, e em especial da Norma Regulamentadora 22 (NR 22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração.
- Reestruturação dos órgãos de fiscalizações, em especial do Ministério do Trabalho, ANM, FUNAI, Ibama e ICMBio.